



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Discurso aos Congressistas Argentinos (Buenos Aires, Argentina)

Apresento, nesta manhã, minhas saudações formais a esta Assembléia e agradeço sensibilizado sua calorosa acolhida. Sinto-me pessoalmente vinculado à Argentina, que aprendi a admirar desde muito cedo, por minhas origens familiares no Sul do Brasil. É assim, com grande emoção, que compareço hoje a esta Casa.

Sei que esta sessão solene é — por intermédio da minha pessoa — um tributo de amizade ao Brasil e ao seu povo. Da mesma forma, quero, neste momento, prestar minha homenagem ao nobre povo argentino, que está presente nesta Casa, diante de mim, legitimamente representado por Vossas Excelências.

«Brasileiros e argentinos estão
cada vez mais próximos.»

Esta é a primeira visita de Estado que empreendo ao exterior. Foi uma escolha deliberada, como prova de apreço espe-

cial pela nação argentina e em reciprocidade ao gesto do Presidente Carlos Menem, cuja visita de Estado ao Brasil, em agosto de 1989, foi também a primeira que realizou em seu mandato.

Devo dizer que, nesta terra, não me sinto fora do meu País. Brasileiros e argentinos estão cada vez mais próximos; o que nos enriquece a todos, sem prejuízo de nossas tradições. Sentimo-nos como parte de uma única e grande nação, que já se vislumbra no horizonte. De fato, estamos buscando juntos um passaporte comum para o futuro glorioso que haverá de vir para a América Latina.

Senhores Parlamentares,

Há poucos dias, dirigi-me ao povo brasileiro para prestar-lhe contas dos primeiros cem dias do meu governo. Permito-me, de forma breve, reproduzir aqui a essência do que disse então. Faço-o em reconhecimento ao fato de que Brasil e Argentina compartilham de forma crescente de um destino comum.

No dia 22 de junho último, ao avaliar o trabalho já realizado por minha administração, pude afirmar a meu povo que «o Brasil começou a mudar», que passamos a viver num regime plenamente democrático, que meu governo é o primeiro nas últimas décadas de nossa história a funcionar num verdadeiro e salutar sistema de pesos e contrapesos, em que cada um dos Poderes constituídos exerce de forma absolutamente livre e na sua plenitude, suas funções para o bem maior do País.

Ao reiterar cada um dos compromissos que assumi, como candidato à Presidência da República, tive a satisfação de anunciar que a inflação despencou de 90% para cerca de 10% ao mês. A inflação pode e será vencida, mas o plano de estabilização é um passo preliminar para conseguirmos atingir a meta de promover uma autêntica revolução modernizante no País. Tal revolução já foi iniciada, através de uma ampla reforma do aparelho do Estado. Ao sanear suas finanças, estamos libertando as forças de mercado do pesadelo da inflação e do atraso da burocracia excessiva e ineficaz.

De forma paralela, no dia 26 de junho último, o Brasil deu início à implantação de uma nova política industrial e de comércio exterior, inspirada no propósito claro de renovar a econo-

mia nacional, através de uma abertura sadia e competitiva, que se traduzirá em benefícios para a sociedade como um todo. Passando da prédica à prática da modernização — e rompendo com modelos ultrapassados — o Governo brasileiro quer avançar no processo de completar a liberdade política com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

Cada ato de meu governo está determinado por uma visão de futuro, pela perspectiva da reconstrução nacional. Desejo compartilhar com os senhores essas aspirações do Brasil novo, já em construção. Este projeto de país moderno significa, tanto e tão-somente, criar condições para oferecer a cada um, e a todos cidadãos, as oportunidades para uma existência digna. A modernização econômica, social e política tem de estar voltada não apenas para a construção de uma sociedade moderna, mas também, e sobretudo, de uma sociedade ética. E não existe sinal de modernidade mais claro do que a justiça social.

«Não há reservas em nosso diálogo,
não pode haver recuo nem nada
a temer.»

A normalidade democrática é um processo permanente de diálogo, que meu governo tem exercido de forma constante e desejo crescente com o Congresso Nacional de meu País.

Dediquei vários anos à atividade parlamentar como meu pai e meu avô, que sempre me inspiraram como exemplos de dedicação à causa pública. Forjei assim meu credo político na devoção à verdade e no respeito absoluto à liberdade. Hoje, quis dirigir-me a Vossas Excelências, como fiz no meu último pronunciamento ao povo brasileiro, conclamando-o a que continue a acreditar e a confiar no Brasil.

O futuro é agora e o Brasil já começou a mudar. E assim, extremamente oportuna, esta minha visita a Buenos Aires, porque me dá ensejo para renovar solenemente — perante o Con-

gresso e o povo argentino — o penhor da amizade brasileira a esta grande nação.

Minha presença aqui virá demonstrar, mais uma vez, através de decisões concretas, a prioridade que atribuo a nossos vínculos, que não cessam de se fortalecer.

Os anos 80 são considerados uma «década perdida» para a América Latina. Nestes momentos difíceis, os amigos leais sabem se dar as mãos. Foi o que fizemos, então, brasileiros e argentinos e é o que continuaremos a fazer sempre com crescente entusiasmo.

Hoje, Brasil e Argentina chegam à idade adulta de seu relacionamento. De forma sem precedentes na América Latina, demos prova de nossa capacidade de afrontar riscos e de arquitetar um destino comum. Nossos congressos ratificaram o compromisso de que «os territórios dos dois países integrarão um espaço econômico comum». Nossa cooperação nunca foi tão intensa. Com frequência cada vez maior, Brasil e Argentina falam com uma só voz — e mesmo através de um só delegado — em muitos foros internacionais. Desenvolvemos, entre nós, uma comunicação franca e uma confiança absoluta. Nossa relação não é apenas densa e sólida — ela tem a energia própria das nações jovens e soube incorporar o dinamismo da história contemporânea. Por isso mesmo, estamos decididos a criar esquemas mais ambiciosos e mais acelerados para a nossa integração bilateral.

Não há reservas em nosso diálogo — não pode haver reclusos nem nada a temer. É irreversível o processo de integração bilateral, da mesma forma que a democracia é irreversível em nossos países. Nossos povos fizeram por merecer ambas. Longamente amadurecido, o programa de integração Brasil-Argentina só foi possível graças à consolidação democrática em nossos países.

Nesta Casa, consagrada à cidadania argentina, nada mais honroso do que render tributo aos que lutaram e se sacrificaram pela democracia. Sabemos todos que a democracia é, antes de mais nada, uma regra de convivência e — como tal — exige uma fidelidade constante e uma devoção que se deve renovar a cada dia.

Da mesma forma, a integração exige persistência e paciência. É justo, por isso mesmo, exaltar a contribuição dos que nos precederam neste esforço transcendente, cujas raízes são históricas. É o momento de recordar também — até com insistência — que a integração, como a democracia, é uma obra de toda uma sociedade, isto é, do povo e para o povo. Ao ampliar o espaço econômico para empresários e produtores, queremos também o benefício social do consumidor e do contribuinte. Para tanto, a participação da cidadania é indispensável. Nesse sentido, como porta-vozes diretos da vontade popular, é e será decisivo — no processo de integração — o papel dos Parlamentos dos dois países, conforme previsto no Tratado de 1988.

«A construção de um mercado comum
Brasil-Argentina constituirá
um estímulo ainda mais decisivo
à integração sub-regional.»

A realidade internacional alterou-se radicalmente desde que, em 1985, iniciamos nosso programa de integração. A dinâmica mundial acelerou-se de forma dramática. Diante de uma conjuntura internacional estimulante — mas ainda em boa medida imprevisível — Brasil e Argentina devem reforçar sua trajetória solidária, ao buscar uma inserção orgânica na nova ordem em gestação.

O Brasil aspira a uma convivência universal: nossa política externa não deve admitir exclusivismos, mas comporta prioridades. Já tive oportunidade de afirmar, ao tomar posse perante o Congresso Nacional, que, «para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul». Penso também, como declarei então, que a «integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudanças do cenário mundial».

Permito-me insistir sobre esses conceitos, porque a conjuntura atual nos impõe uma constante reflexão.

O Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O povo brasileiro deseja um Brasil mais aberto, mais livre e mais justo. Os problemas nacionais exigem soluções urgentes mas soluções nacionais, como foi o processo endógeno de restauração plena da democracia e como será a construção de um Brasil moderno. E a política externa brasileira guardará essa mesma fidelidade à vontade popular: ela deve e será um reflexo de nossa atuação no plano interno.

A projeção externa do Brasil novo tem um balizamento firme: está marcada nas aspirações maiores do povo brasileiro. Da mesma forma, ao falar na prioridade latino-americana em nossa diplomacia, não me refiro apenas a uma contingência geográfica ou a um entorno econômico. Não. Esse espaço regional tem igualmente — e sobretudo — uma raiz espiritual e uma conseqüente dimensão histórica, hoje marcada pela recuperação democrática.

Acabamos de festejar — no início de junho último, em Assunção, Paraguai — o centenário do sistema interamericano, cuja comunidade de propósitos e compromissos compartilhamos e aos quais aderimos firmemente. Dentro dessa solidariedade hemisférica, existe também a consciência de uma unidade latino-americana, solenemente proclamada na «Declaração dos Presidentes da América», assinada na reunião dos Chefes de Estado americanos, em Punta del Este, Uruguai, em 14 de abril de 1967. Este mesmo documento previa — com o firme apoio do Presidente dos Estados Unidos — a criação de um mercado comum latino-americano em prazo não superior a 15 anos, a partir de 1970.

Lembro tais antecedentes porque nos ajuda a compreender e a valorizar as decisões que Brasil e Argentina estão prestes a tomar. Ao ritmo da história, encontramos nosso próprio caminho, que é edificante e, sem dúvida, generoso.

A construção de um mercado comum Brasil-Argentina — até dezembro de 1994 — constituirá, certamente, um estímulo ainda mais decisivo para a integração sub-regional, em bases cada vez mais amplas. O significado dessa experiência de coopera-

ção não é apenas econômico-comercial. Seu alcance é — em definitivo — político e, como tal, deve ser preservado. Estamos demonstrando nossa capacidade de afirmação, sem qualquer pretensão ociosa de protagonismo. Ao contrário: Brasil e Argentina estão concorrendo para a unidade latino-americana, sem exclusivismos, mas também com todos os cuidados que impõe uma filosofia de ação realista, flexível, gradativa e equilibrada.

«A condição para a verdadeira
independência é a consciência
de nossa própria identidade.»

Ao desafio de nosso tempo, devemos responder com autoconfiança, mas também com lucidez e realismo. Não nos deixaremos iludir por miragens oportunistas, nem nos intimidaremos com o fantasma da marginalização.

Na verdade, temos convivido há décadas com a ameaça do isolamento. No passado, a periferia nos condenou à frustração e temos sido lembrados apenas como aliados de ocasião para compor esquemas de poder que nos transcendem.

Não queremos repetir os erros de ontem, e não haveremos de fazê-los. Queremos, sim, aproveitar as lições que soubemos aprender com nosso próprio esforço.

A esse propósito não poderia deixar de saudar o importante pronunciamento feito pelo Presidente George Bush, no dia 27 de junho último, quando anunciou uma revisão da política econômica dos Estados Unidos com relação à América Latina e ao Caribe. Trata-se de uma iniciativa corajosa, inovadora e abrangente, que se fundamenta também na premissa de que «cada país da região deve fazer suas opções próprias». A *«Iniciativa para as Américas»* (*«The Enterprise for Americas»*) é, ademais, um reconhecimento de que emergiu na América Latina «novas lideranças, respaldadas pela força de um mandato popular».

A perfeita concertação político-diplomática hoje existente entre Brasil e Argentina recebe, assim, um construtivo estímulo, que permitirá aos dois países reiterar sua comunhão de propósitos. A proposta do Presidente Bush abre novos horizontes para a solidariedade hemisférica, que será mais sólida na medida em que a unidade latino-americana também se fortalecer. Não há qualquer conflito entre essas duas vertentes: ao contrário, elas se complementam, numa síntese histórica que deve ser sempre mais harmônica e benéfica para a estabilidade de todo o nosso continente americano.

Nesse particular, Brasil e Argentina têm uma responsabilidade especial, que deriva do mérito de havermos ousado dar os primeiros passos para uma integração real. Ousamos deixar o confortável e secular refúgio da utopia para enfrentar os riscos das decisões concretas e conseqüentes, nem sempre sem reação.

Ao afirmar a unidade latino-americana, estamos afirmando a autenticidade de cada um de nossos países, com suas peculiaridades e suas diversidades. Incumbe precipuamente a nós identificar o caminho de uma efetiva cooperação latino-americana, diante das novas perspectivas que se abrem no plano hemisférico e em escala mundial.

A condição para a verdadeira independência é a consciência de nossa própria identidade e o conhecimento de nossa realidade. Dessa forma, o diálogo continental ganhará novo dinamismo. A América Latina não pode esquecer sua fisionomia histórica: o testamento político dos próceres e fundadores de nossas pátrias.

Seremos fiéis a eles, afrontando as provas de nosso tempo, como eles souberam vencer os desafios de sua época.

Assim seja, e que Deus nos ajude.

Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Congresso Argentino, em Buenos Aires, Argentina,
no dia 6 de julho de 1990.*